

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT03 - Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos.

**RACISMO AMBIENTAL NO RIO DE JANEIRO: O CASO DA COMPANHIA
SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO NO BAIRRO DE SANTA CRUZ/RJ.**

Autora: Clarisse Inês de Oliveira
Co-autora: Aurany Millen de Castro
Co-autora: Laura Nazaré de Carvalho

RACISMO AMBIENTAL NO RIO DE JANEIRO: O CASO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO NO BAIRRO DE SANTA CRUZ/RJ.

Clarisse Inês de Oliveira
Aurany Millen de Castro
Laura Nazaré de Carvalho

RESUMO: Atualmente, a região do entorno da Baía de Sepetiba se tornou um palco de disputas políticas e econômicas envolvendo principalmente dois atores. De um lado, a população local do bairro de Santa Cruz (município do Rio de Janeiro) e dos municípios de Itaguaí e Mangaratiba, e do outro, a empresa alemã Thyssenkrupp Steel. A região de Santa Cruz possui baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e uma mão-de-obra barata e pouco organizada. Isto, segundo o PACS (2009) influenciaria a instalação de uma siderúrgica na região, produzindo situações de injustiça e de racismo ambiental. Neste sentido cabe-nos refletir se a construção de uma siderúrgica no bairro residencial de Santa Cruz constitui um exemplo de racismo ambiental. Para tanto objetiva-se correlacionar as variáveis critérios sociais e critérios econômicos ao objeto desta pesquisa, elencando as consequências da construção de uma indústria siderúrgica em um bairro residencial e analisando os reflexos na qualidade de vida e na rotina da população local.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Companhia Siderúrgica do Atlântico; Santa Cruz/RJ.

ABSTRACT: Currently, the region surrounding the Bay of Sepetiba became a stage for political and economic disputes involving two main actors. On the one hand, the local population of Santa Cruz and the other the German company ThyssenKrupp Steel. The region of Santa Cruz has lower Human Development Index (HDI) and a cheap labor and little organized. This, according to the PACS (2009) influence the installation of a steel plant in the region, producing situations of injustice and environmental racism. In this sense it behooves us to consider whether the construction of a steel plant in the residential district of Santa Cruz is

an example of environmental racism. To achieve the objective is to correlate the social criteria and economic criteria to the object of this research, listing the consequences of building a steel industry in a residential neighborhood and analyzing the reflections on the quality of life and routine of the local population.

Keywords: Environmental Racism, Companhia Siderúrgica do Atlântico, Santa Cruz /RJ.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a região do entorno a Baía de Sepetiba se tornou um palco de disputas políticas e econômicas envolvendo de um lado a população local, formada por pescadores tradicionais, quilombolas, caiçaras, e moradores do bairro de Santa Cruz e dos municípios de Magaratiba e Itaguaí, e do outro a empresa alemã Thyssenkrupp Steel e sua Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). Estas disputas são resultado das diferentes formas como os variados grupos sociais se relacionam com o seu meio natural, oriundas de suas multiplicidades de interesses (LITTLE, 2005).

A região de Santa Cruz possui grande disponibilidade de terras ainda não completamente urbanizadas, além de uma ampla rede de vias de transporte, tanto ferroviário, como, principalmente, rodoviário. Por outro lado, comparada com outras regiões do Rio de Janeiro, possui baixos índices de escolaridade, renda, saneamento básico, fornecimento de água e outros serviços. Este quadro influencia os índices de desenvolvimento humano da região (IDH) e contribui para que a mão-de-obra seja barata e pouco organizada. São áreas que apresentam uma maior concentração de população negra e de baixa renda no Estado do Rio de Janeiro, com aluguéis e terrenos mais baratos e desvalorizados. Todos estes fatores, segundo o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS, 2009) determinam uma atratividade de atividades geradoras de danos ambientais e de riscos, produzindo situações de injustiça e de racismo ambiental.

Racismo Ambiental é uma expressão cunhada para designar a imposição desproporcional - intencional ou não - de rejeitos perigosos a determinadas comunidades. Entre os fatores que explicariam esta imposição podem ser destacados a existência de terras baratas, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa, a carência de recursos políticos típicos das comunidades de “minorias”, a falta de mobilidade espacial das “minorias” em razão de discriminação residencial e, por fim, a subrepresentação dessas “minorias” nas agências governamentais responsáveis por decisões de localização dos rejeitos (ACSELRAD, 2002).

O Estado vem defendendo um modelo de desenvolvimento para esta região que, segundo o PACS (2009), objetiva metas de crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade. O que se passa nesta região é um exemplo das dinâmicas e dos processos que são postos em marcha pelo modelo de desenvolvimento encontrado no Brasil. Um modelo baseado na busca do crescimento econômico através da exploração dos recursos naturais e exportação de commodities, na concentração da riqueza e fruto de uma ideologia neoliberal que ganhou força na década de 90 do século passado.

Entretanto, Sardan (1995) afirma que um modelo de desenvolvimento não pode ser considerado um produto de uma dominação ideológica, pois, apesar de haver diferenças de poder entre os atores sociais envolvidos em uma disputa por um projeto de desenvolvimento, existe uma complexidade de realidades sociais e multiplicidade de interesses, concepções e estratégias de diversos grupos e indivíduos envolvidos nas relações de disputa. Os processos de desenvolvimento seriam resultado de complexas articulações e interações entre diversos atores, locais ou não. E estes possuiriam margens de manobra e estratégias próprias que os possibilitariam interagir e se posicionar frente aos processos em curso.

Neste sentido cabe-nos refletir se a construção de uma siderúrgica no bairro residencial de Santa Cruz, às margens da baía de Sepetiba, constitui um exemplo de racismo ambiental e se os atores locais vem ou não buscando se posicionar frente a isso. Para tanto, objetivamos elencar as consequências da instalação de uma indústria siderúrgica em um bairro residencial e relatar alguns

dos reflexos na qualidade de vida e na rotina da população local. Cabe-nos também analisar quem são os atores e interesses em disputa.

O marco histórico a ser analisado compreende o intervalo de 2005 (ano que siderúrgica começou a ser construída) a 2011 (ano corrente). Por se tratar de um estudo teórico analisamos o material produzido pelos movimentos sociais e ONGs, além da produção acadêmica sobre o tema do racismo ambiental, associando-o às falas de alguns atores envolvidos no conflito.

2. APRESENTAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO CONFLITO E DA REGIÃO DISPUTADA.

2.1. ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)

A partir de 2005, a ThyssenKrupp Steel (TKS)¹ começou a erguer um complexo industrial siderúrgico, batizado de Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) no bairro de Santa Cruz (município do Rio de Janeiro) às margens da Baía de Sepetiba.

Estimava-se que a nova planta siderúrgica se tornaria a maior da América Latina, com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano. O projeto da usina siderúrgica incluiu uma termoelétrica para a geração de 490 MW de energia elétrica e um porto com dois terminais composto por uma Ponte de Acesso de 3,8 Km e um Píer de 700 m que atravessa o manguezal e o oceano. Toda a produção do conglomerado seria destinada à exportação (2 milhões de toneladas para a Alemanha, para serem processadas, e cerca de 3 milhões para os mercados dos Estados Unidos).

Segundo a empresa TKS, os nove quilômetros quadrados do terreno do complexo siderúrgico oferecem condições logísticas ideais para uma usina siderúrgica por se situar junto ao mar, próximo a um ramal ferroviário utilizado

¹ A Thyssen Krupp Steel é uma das maiores companhias siderúrgicas do mundo, com um faturamento anual de 39 bilhões de euros. Hoje, a empresa alemã está em forte expansão crescendo e investindo em nível mundial; o elemento central dessa expansão no Brasil foi a construção de uma usina siderúrgica integrada - um projeto de 4,5 bilhões de euros.

para o transporte de minério de ferro das minas da Vale S.A. do interior do Brasil para os portos de exportação na região costeira.

Em 18 de junho de 2010 o diretor-presidente da empresa TKS esteve no Brasil para participar da inauguração da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. Juntamente com ele estavam o diretor-presidente da Vale à época, Roger Agnelli, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. O discurso de inauguração enfatizava a modernidade das instalações e a inovação tecnológica a serviço da produção eficiente com respeito à comunidade e ao meio ambiente. Roger Agnelli afirmou que o papel da TKCSA era fomentar o crescimento da produção siderúrgica no Brasil, gerando riqueza e desenvolvimento sustentável.

A empresa TKCSA declarou à mídia e em seu sítio *online* que a instalação siderúrgica levou inúmeros benefícios para as economias do Estado do Rio de Janeiro e do País. As compras de produtos e serviços no Brasil durante a fase de implantação atingiram, até maio de 2010, R\$ 10 bilhões, sendo mais de R\$ 5 bilhões somente no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo a empresa, os reflexos da renda gerada com essa injeção de recursos eram visíveis na região próxima ao empreendimento, principalmente no bairro Santa Cruz e no município vizinho, Itaguaí, onde houve expressiva expansão de estabelecimentos comerciais e de micro e pequenas empresas, gerada pela política de contratação de mais de 30 mil operários que trabalharam na obra, priorizando moradores da região do entorno do empreendimento e que este mesmo critério estava sendo adotado no preenchimento de 3.500 vagas para a fase operacional. Contudo, segundo o Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo (2010) as violações trabalhistas durante a obra foram inúmeras, com denúncias de acidentes com morte, baixos salários e péssimas condições de trabalho, levando inclusive à interdição da obra de construção da TKCSA, em julho de 2008, pelo Ministério Público do Trabalho, em virtude de irregularidades como a ausência de condições de segurança no trabalho e de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual).

Mas, segundo a empresa TKCSA, seu compromisso social é exemplar, uma prova disso foi que, em paralelo à fase de construção, a siderúrgica desenvolveu um amplo programa de capacitação profissional que priorizou a inclusão de moradores do bairro de Santa Cruz e municípios vizinhos, em parceria com o SENAI do Rio de Janeiro, para realizar a capacitação de aproximadamente 1.800 alunos. O programa, que recebeu da TKCSA investimento de R\$ 10 milhões, não apenas deveria formar técnicos para trabalharem na siderúrgica, mas também em outros setores, com perspectiva de crescimento na região nos próximos anos. Também foi construído um centro de formação profissional em Itaguaí, financiado pela TKCSA, equipado com laboratórios, oficinas, salas de aula e auditório para oferecer cursos de formação profissional voltados principalmente para processos industriais e, de forma complementar, para as áreas de administração, comércio e serviços, tendo capacidade para atender 2.864 alunos anualmente.

De acordo com a empresa, ainda durante a fase de elaboração do projeto também houve uma grande preocupação com conceitos de sustentabilidade. Para isso, a ThyssenKrupp Steel afirmou ter trazido da Alemanha algumas das mais avançadas tecnologias do setor siderúrgico, que garantiriam os níveis mínimos de impacto ao meio ambiente, com o máximo de eficiência e segurança operacional.

Sobre a emissão de gases, a empresa afirmou desenvolver projetos de redução de emissões que totalizam 1,7 milhão de toneladas anuais de CO². Desse total, 1,1 milhão de toneladas anuais corresponderiam à redução proporcionada pelo fornecimento de escória produzida pela TKCSA à fábrica de cimento portland da Votorantim que funciona dentro do complexo siderúrgico. A escória substituirá o clínquer, uma das matérias-primas do cimento, cuja fabricação resulta em grandes emissões de CO². Outras 660 mil toneladas anuais de CO² deixarão de ser emitidas com três projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de utilização dos gases gerados na fabricação do aço para geração de energia na usina termelétrica.

Em consideração aos esforços envolvendo questões de segurança, saúde e meio ambiente durante a construção de seu complexo siderúrgico,

entre 2007 e 2010, a siderúrgica recebeu da Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (ABPA)² um diploma de reconhecimento entregue com base na análise de documentos e visitas técnicas de representantes da entidade nas instalações da empresa, em Santa Cruz, no dia 6 de agosto de 2010.

O empreendimento ainda conta com amplo apoio dos governos municipal, estadual e federal por meio de financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)³ e isenções fiscais de ISS e ICMS. Segundo dados do PACS (2009) pela lei n.º 4.372, de 13 de junho de 2006, a TKCSA recebia a isenção total de ISS sobre alguns itens e a incidência de alíquota especial sobre outros por um período de cinco anos. Estima-se em R\$ 40 milhões o total que eles deixarão de recolher em impostos a cada cinco anos de isenção de ISS.

A isenção ficava condicionada a algumas exigências, dentre elas, a realização de investimentos sociais na sua área de influência, especialmente em saúde, com o reaparelhamento do Hospital Pedro II; em educação, com a implantação de centro educacional em Itaguaí; além do reequipamento do Corpo de Bombeiros e de novas instalações para os pescadores da região, incluídos: investimentos na montagem de um entreposto de venda de pescados,

² Fundada em 1941, a ABPA é membro fundador da Associação Latino-Americana de Segurança e Higiene no Trabalho – ALASEHT e desenvolve atividades de capacitação e gestão para a prevenção de acidentes em empresas de todo o País. A ABPA possui sedes próprias sustentadas por seus associados – pessoas físicas e jurídicas.

³ A planta industrial em construção teria investimento, conforme aprovado em setembro de 2006, de € 3 bilhões, aproximadamente R\$ 8 bilhões. Em maio de 2008, a empresa elevou a previsão de investimentos para uma faixa entre 3,5 a 3,7 bilhões. Segundo notícia veiculada no dia 15 de agosto de 2008 (O Globo e Estado de São Paulo), por conta de atrasos nas obras, aumento no preço de máquinas e equipamentos e outros custos, o orçamento do projeto foi elevado para 4,5 bilhões. É considerado o maior investimento estrangeiro privado feito no Brasil nos últimos 10 anos e o maior projeto do setor siderúrgico no país. Boa parte deste investimento é financiado com dinheiro público, seja por meio de fartas isenções fiscais seja por financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES aprovou financiamento no valor de R\$ 1,48 bilhão para a instalação do complexo siderúrgico. O crédito do BNDES corresponde a 18% do investimento total do projeto, de R\$ 8 bilhões. Os recursos do BNDES foram destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, obras civis, instalações e montagens associadas. O financiamento do BNDES foi aprovado no âmbito da linha de Concorrência Internacional, que visa proporcionar aos fabricantes nacionais de equipamentos condições que possibilitem que eles concorram com os fabricantes estrangeiros nas tomadas de preços internacionais (fonte: BNDES financia com R\$ 1,48 bilhão complexo siderúrgico da ThyssenKrupp em Santa Cruz (RJ). 20/06/2007. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2007/20070620_not141_07.html).

evitando-se, dessa forma, os custos com atravessadores, a construção de um cais, alfabetização de pescadores adultos e desenvolvimento de piscicultura marinha⁴. Também deveriam ser realizados investimentos visando a auto-sustentabilidade das comunidades locais, incluindo cursos para aumento da empregabilidade e incentivos ao desenvolvimento de novas atividades, como o cultivo de algas marinhas. O BNDES apoiou os investimentos sociais, com financiamento de R\$ 10,5 milhões.

2.2. Região do entorno à TKCSA.

A região da Baía de Sepetiba abarca além de parte da zona oeste do município do Rio de Janeiro, os municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Conforma uma região muito diversificada do ponto de vista ambiental e socioeconômico e nos últimos anos vem recebendo especial atenção por parte dos grandes projetos portuários e siderúrgicos, devido às vantagens nos custos e na logística.

A Baía de Sepetiba possui uma área de aproximadamente 305 km² e 130 km de perímetro. Durante muitos séculos, a pesca foi a base econômica de diversas comunidades assentadas ao longo de suas margens e ilhas e seu pescado não apenas serviu a subsistência dessas comunidades, como abasteceu mercados por toda a região metropolitana (FIOCRUZ, 2009).

No entorno da baía de Sepetiba existem importantes ecossistemas ainda preservados de florestas, restingas, como a da Marambaia, e manguezais. Podem ser encontradas áreas remanescentes da Mata Atlântica, principalmente na Serra do Mar, considerada atualmente uma das 25 áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade em todo o mundo. A baía desempenha também um importante papel no abrigo de espécies nativas, endêmicas e ameaçadas de extinção, sendo também refúgio de aves costeiras. Os estuários, por sua vez, guardam uma imensa riqueza biológica típica de ambientes de

⁴ Em visita à empresa, o Diretor de Sustentabilidade nos apresentou relatórios que indicam a realização desses investimentos sociais.

transição – locais onde a água doce dos rios encontram-se com as águas do mar⁵.

Segundo dados do Dossiê da Vale (2010), não obstante as belezas naturais e a diversidade cultural da região é uma das áreas no Rio de Janeiro que mais concentra população negra e pobre, sofrendo com a carência de serviços públicos e a falta de postos de trabalho, levando às camadas menos abastadas e com menor acesso à políticas públicas se manterem através da agricultura, da pesca e do turismo. Segundo dados da Fundação CIDE, em 2006, período em que se iniciaram as dragagens para a obra da siderúrgica, cerca de 2.250 pessoas trabalhavam formalmente no turismo em Itaguaí e Mangaratiba. Já a FAPESCA (Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro) estimou em cerca de 8.000 o número de pescadores da Baía de Sepetiba.

Apesar das características socioambientais existe uma interpretação desta região como pólo industrial que se mantém até hoje, apesar do Plano Estratégico do governo do Rio de Janeiro conferir à região potencial para atividades calcadas no desenvolvimento sustentável e na preservação da Baía de Sepetiba⁶.

A atividade industrial nesta área teve início nos anos 1960 e se intensificou a partir da década de 1970, com a implantação da rodovia BR-101 e do Porto de Itaguaí. Já na década de 1980, as atividades relacionadas ao porto da região e o crescimento da atividade de turismo levaram ao aumento taxas de crescimento demográfico, impactando diretamente o meio ambiente. Ainda hoje, a área industrial de Santa Cruz apresenta dois importantes pólos industriais, o de Paciência e o de Palmares, onde se encontram a Casa da Moeda, a FCC S.A. – Fábrica Carioca de Catalisadores, a COSIGUA – Companhia Siderúrgica da Guanabara, a White Martins, a Glasurit, a Continac e a Latasa.

⁵ Fonte: Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil elaborado pela Fiocruz (2009)

⁶ Planejamento estratégico do governo do Rio de Janeiro, 2007-2010. Pag. 95. Disponível em http://www.planejamento.rj.gov.br/Projetos/plano_estrategico_2007_2010.pdf

Resulta dos surtos industrializantes das décadas passadas, o maior acidente ambiental que a região já sofreu e que lhe confere um imenso passivo ambiental cujas conseqüências são sentidas até hoje: o acidente com a Companhia Ingá Mercantil em 1996, quando, em decorrência de fortes chuvas, um acidente fez com que o dique de contenção desta empresa se rompesse, deixando vazar um grande volume de dejetos tóxicos com elevado teor de metais pesados. Os manguezais e a vegetação da Baía de Sepetiba foram atingidos e os detritos são encontrados até os dias de hoje na região. Calcula-se que o pescado na época tenha decrescido em 60% e que houve ainda a contaminação da maricultura (PACS, 2009).

Hoje, a região que abarca Santa Cruz e a Baía de Sepetiba volta a ser palco de instalação de indústrias: empreendimentos de grande porte do setor químico, mineral e siderúrgico e de um complexo portuário. Os seguintes projetos encontram-se em processo de licenciamento:

1) portuários: O Porto Sudeste da LLX Logística, com capacidade de escoamento de 50 milhões de toneladas de minério do quadrilátero ferrífero; a ampliação do porto de Itaguaí; a construção de um grande porto e estaleiro para a construção de submarinos da Marinha do Brasil e; a construção de um mega porto compartilhado entre Petrobras, Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. 2) siderúrgicos: expansão da capacidade produtiva da Gerdau Cosigua e a construção da nova usina de aços especiais - Gerdau Aços Especiais Rio. (PACS, 2009:22)

O projeto de instalação de um complexo industrial na região, segundo a Fiocruz (2009) corrobora para a piora da qualidade de vida daquela população e para a diminuição das possibilidades de subsistência de seus moradores. Pois

ao mesmo tempo em que a degradação ambiental gerou enormes impactos sobre a atividade pesqueira e afugentou ocasionais visitantes (anteriormente atraídos pelas belezas naturais da baía), a modernização de algumas indústrias e a falência de outras, a terceirização e precarização das condições de trabalho, a obrigatoriedade de especialização e escolaridade dos postos de trabalho gerados nas novas plantas e a violência acabaram por reduzir as oportunidades de emprego e renda na região, intensificando os conflitos outrora latentes.

Acselrad ⁷ afirma que a Baía de Sepetiba faz parte de uma zona de exclusão que apresenta uma tendência a ser escolhida como sede de implantação de empreendimentos de alto potencial poluidor, configurando situações de racismo ou injustiça ambiental. Nestas situações, parcelas tidas como as mais pobres da sociedade são expostas aos maiores riscos ambientais e sobre sua saúde, com o objetivo de manter ou reproduzir um modelo de produção e de consumo altamente explorador dos recursos naturais e que beneficia outras parcelas da sociedade, tidas como mais ricas.

2.3. População local, vizinha à TKCSA.

A TKCSA se situa em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro, numa área com muitas comunidades em seu entorno. Segundo dados do censo realizado pela empresa, estima-se que 22.968 pessoas vivam no entorno imediato do empreendimento.

Ao longo dos anos 1990, a região da zona oeste apresentou um enorme crescimento demográfico, sendo a que mais cresceu no estado. Com isso, vem aumentando os desafios no que concerne à melhoria das condições de vida de sua população, tendo em vista o aumento da pressão sobre os serviços sociais como moradia, educação, saúde, saneamento básico e dificultando a melhoria dos seus indicadores sociais. Acentuou-se também a pressão sobre os recursos naturais, refletindo-se em altos níveis de poluição e destruição de ecossistemas como a mata atlântica, manguezais, e outros biomas marítimos que, muito embora apresentando uma redução significativa ao longo dos últimos anos, ainda se fazem presentes na região (PACS, 2009).

Mas a pressão demográfica ainda que grave não corresponde ao único fator a exercer pressão sobre os recursos naturais. Esta região também vem sofrendo a atração de empreendimentos econômicos de grande magnitude e cujos impactos sociais e ambientais são enormes. Segundo o PACS (2009), apesar da zona oeste apresentar áreas de elevados índices de pobreza, pouco

⁷ Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PUR - da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

urbanizadas e uma população com baixo acesso à educação e à saúde, configurando uma situação de baixa atratividade ao capital, ela apresenta grande disponibilidade de terras ainda não completamente urbanizadas, normalmente vistas como novas “fronteiras” a serem abertas. Aliado a isso, a constituição de uma ampla rede de vias de transporte, tanto ferroviário como, principalmente, rodoviário facilitaria a logística da região. Além disso, o índice de desenvolvimento humano da região (IDH) contribui para que a mão-de-obra fosse barata e pouco organizada, um elemento-chave para as empresas no processo de escolha do local para seus empreendimentos. Estes fatores produziram situações de injustiça e de racismo ambiental.

3. RACISMO AMBIENTAL

A questão ambiental tem merecido a atenção de diversos estudiosos preocupados com a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Porém, é preciso voltar à atenção também para a preservação do próprio homem e do seu modo de vida. Esta é a preocupação do movimento intitulado Justiça Ambiental, surgido nos Estados Unidos da América a partir de meados dos anos 80, que denuncia a lógica sócio territorial de desigualdade das condições sociais de exercício dos direitos. Os atores que começam a se unificar nesse movimento propugnam a politização da questão do racismo e da desigualdade ambientais.

No caso do Brasil, onde as desigualdades econômicas são mais acentuadas, a temática da Justiça Ambiental ganha maior relevância, pois as gigantescas injustiças sociais encobrem o ônus desigual dos custos do desenvolvimento (HERCULANO, 2008).

Segundo Acselrad

Justiça Ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (2010:111)

A idéia de Justiça Ambiental, portanto, exprime uma releitura da questão ambiental através de dinâmicas sociopolíticas envolvidas com a construção da justiça social. Na visão de Ascelrad (2010), é um processo de ressignificação associado à construção de arenas onde se dão os embates sociais para a construção do futuro.

A questão ambiental foi tratada por diferentes vieses no decorrer do processo histórico, assim é que em um primeiro momento foi tratada como uma questão utilitarista, que justificava a estratégia tida como modernização ecológica, pela afirmação de mercado e do progresso técnico.

Um contraponto a tal visão foi substituída pela razão cultural, que buscava superar a distribuição desigual dos benefícios e principalmente dos danos ambientais. A injustiça social segue a degradação ambiental, devendo ser alterado o modo de distribuição de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos mais abastados a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. A noção de Justiça Ambiental visa combater a desigualdade ambiental dando igual tratamento a todos os grupos sociais e étnicos.

A declaração da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, criada em 2001, sintetizou um conjunto de princípios e práticas que

- a – asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- b – asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- c – asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- d – favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (HERCULANO, 2008:11).

A Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental já alertava para os impactos causados sobre as populações tradicionais

extrativistas, que vivem nas regiões de fronteira de expansão dos empreendimentos capitalistas. Estas são forçadas a se deslocar de seu local de trabalho para dar espaço para o desenvolvimento de atividades econômicas.

Racismo Ambiental é expressão usada para designar

“a imposição desproporcional - intencional ou não - de rejeitos perigosos [determinadas] comunidades [...]”. Dentre os fatores explicativos de tal fato, foram alinhados a disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias e suas vizinhanças, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos típicas das comunidades de “minorias”, a falta de mobilidade espacial das “minorias” em razão de discriminação residencial e, por fim, a subrepresentação das “minorias” nas agências governamentais responsáveis por decisões de localização dos rejeitos (ACSELRAD, 2002).

Assim, o racismo ambiental diz respeito a um tipo de injustiça social e ambiental muito específica, pois se refere àquela que recai sobre certas etnias ou populações tradicionais que são diretamente afetadas por grandes empreendimentos desenvolvimentistas que os expulsam de seus territórios ou os forçam a conviver com a degradação do seu ambiente (HERCULANO, 2008).

Desse modo, a questão do racismo ambiental nos desafia a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia (PACHECO, 2007).

Em verdade, há uma relação de gênero que abrange um conceito mais amplo de Justiça Ambiental e um conceito em espécie de racismo ambiental. Disso resulta que o conceito de racismo ambiental deve ser interpretado à luz de um conceito mais abrangente de Justiça Ambiental, que atinge dimensões sociais, econômicas e políticas. A idéia de reverter a grupos tradicionalmente menos favorecidos de recursos econômicos o passivo ambiental resultante da exploração do meio ambiente por grandes empresas é essencial para entender o conceito.

Segundo Bullard (2005), o racismo ambiental passou a ter escala mundial com o deslocamento de resíduos poluentes das comunidades ricas para comunidades pobres, ou dos países centrais para os países periféricos, valendo-se de uma carência de empregos na região eleita, de baixos índices de desenvolvimento e de receitas públicas, impondo-se práticas poluentes e de

regressão de direitos das comunidades locais, agregando-se a isso os incentivos fiscais por parte de órgãos públicos, como aconteceu na instalação da siderúrgica da empresa alemã ThyssenKrupp Steel no bairro de Santa Cruz no Rio de Janeiro.

O bairro Santa Cruz apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do Município do Rio de Janeiro - em torno de 0,742⁸- propiciando a instalação de empreendimentos geradores de poluição ambiental, face a pouca possibilidade de articulação da população local. Utilizando a expressão adotada por Acserald, Santa Cruz é uma “Zona de Sacrifício”.

4. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO LOCAL.

O poder público vem defendendo o projeto de construção de um pólo industrial para a região às margens da Baía de Sepetiba, fazendo uso do discurso de desenvolvimento e formação de postos de trabalho, e ignorando os inúmeros passivos ambientais que podem afetar não somente o meio ambiente, mas a saúde da população daquela região.

Esse modelo de desenvolvimento, que se acentua no Brasil, segundo o PACS (2009), busca o crescimento econômico a qualquer custo, através da exploração dos recursos naturais e da concentração da riqueza. Objetiva o crescimento econômico em detrimento da justiça social e ambiental, pautando-se na exploração intensificada de recursos naturais e na exportação de mercadorias com baixo valor agregado e componente tecnológico para o mercado internacional.

⁸ Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000, calculados pelo convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP-MG. Disponível em http://www.pnud.org.br/pdf/Tabela%206.2.22%20IDH%20bairro%2091_00-15_12_03.xls

Desse modo, o Brasil vem se colocando em posição de destaque no mercado internacional na exportação de *commodities*, dentre eles o aço bruto ⁹. Mas o aumento da produção de aço no Brasil não é resultado da simples busca de custos de produção mais baixos. É também fruto de uma estratégia global das principais industriais mundiais em concentrar a ‘fase quente’ do processo siderúrgico (que vai até o estágio dos produtos semi-acabados, como placas, tarugos e blocos) nos países periféricos, mantendo a ‘fase fria’ (etapa de acabamento e de produção de chapas, bobinas e vergalhões) próxima aos mercados consumidores. Estes produtos acabados têm maior intensidade tecnológica, valor agregado e se adequam mais facilmente a mudanças na demanda enquanto que os produtos semi-acabados têm menor valor agregado e sofrem mais com as oscilações do mercado. Além disso, outro grande atrativo dos países periféricos é a legislação trabalhista e ambiental menos rigorosa.

Por último, cabe mencionar o fato dos países centrais desejarem reduzir suas emissões de dióxido de carbono. Milanez destaca que o setor siderúrgico é altamente intensivo em recursos naturais e em poluição e, por esse motivo, o debate sobre a realocação das etapas mais impactantes para países como o Brasil, deve ir além do discurso dos empregos gerados e do desenvolvimento. Para ele, a sociedade precisa se apropriar desta discussão e levar o debate para fóruns de política pública, desenvolvimento local, promoção da saúde e proteção ambiental, para discutir se esse é o modelo de progresso e desenvolvimento que se deseja para o país.

4.1. Análise do conflito na região.

Segundo Sardan (1995), um projeto de desenvolvimento não é algo imposto, os grupos locais podem fazer uma resistência passiva ao projeto ou até mesmo se recusarem a participar, criando estratégias como formas de ação que

⁹ MILANEZ, Bruno. Globalização e siderurgia: a inserção do Brasil e seus impactos para a sociedade e o meio ambiente. [S.d] Disponível em http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=2055

estão disponíveis mesmo para aqueles que têm muito pouca influência. Existe, portanto, uma margem de manobra para esses grupos.

Para o autor, todas as sociedades são atravessadas por conflitos e esses conflitos são indicativos de uma variedade de posições sociais além de serem estruturados pela cultura. Os conflitos interpessoais ou intergrupos não são apenas sinais de oposição dos interesses, eles também são o subproduto de estratégias pessoais e de fenômenos idiossincráticos. Desse modo, Sardan (1995) destaca que uma análise estrutural deve ser preenchida por uma análise de estratégias dos grupos envolvidos em cada conflito.

No caso de Santa Cruz, diversos grupos estratégicos vêm se formando de acordo com interesses divergentes. A noção de grupo estratégico é fundamentalmente empírica e metodológica, construída sobre a suposição simples de que todos os atores em uma determinada comunidade não compartilham interesses idênticos ou conceitos e que, dependendo do problema, seus interesses e conceitos produzem diferentes combinações dentro de uma arena política. Uma arena, tal como entende Sardan (1995), é um espaço em que os conflitos reais entre atores sociais ocorre em torno de um interesse comum e dentro de um 'espaço local'. Assim, podemos entender um projeto de desenvolvimento como uma arena.

Encontramos nas nossas incursões de campo e na revisão teórica, diferentes atores sociais que pudemos organizar em dois grupos estratégicos que se enfrentam nesta arena: de um lado os que são contra o funcionamento da TKCSA e do outro, os que são a favor. Utilizamos como recorte espacial preferencialmente o olhar sob o bairro de Santa Cruz. Pretendemos analisar como está ocorrendo o conflito social em torno do projeto de desenvolvimento proposto para a região, calcado na construção de um complexo industrial, cuja primeiro empreendimento instalado é a TKCSA. Nesse sentido, acreditamos que os efeitos da instalação desta empresa geraram um conflito entre atores locais e não locais a respeito não somente dos impactos da siderúrgica na região como também do discurso desenvolvimentista propalado.

Em relação ao primeiro grupo estratégico, encontramos 19 comunidades vizinhas à TKCSA, com uma população estimada em 22.968 habitantes ¹⁰. Visitamos duas comunidades: São Fernando e Alvorada. A primeira afetada pelas obras da TKCSA desde 2006 e a segunda, a partir de 2010. Além destes moradores, há que mencionar o assentamento sem-terra que existia no local onde a TKCSA foi construída e os pescadores que também moram na região e são afetados pela impossibilidade de exercer sua atividade laboral.

O grupo de sem-terras estava assentado naquela região e foi transferido para outra área. Segundo o PACS

No local onde se instalou a empresa viviam setenta e cinco (75) famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). [...] estavam acampadas há cinco anos [...] **essas famílias foram expulsas e/ou intimidadas a deixar a região. Muitas delas encontram-se atualmente em locais distantes e sem as mínimas condições para uma vida digna e sem receber nenhuma indenização pela sua remoção.** [...] Passado quase um ano em negociações sem que o governo do estado do Rio tivesse adquirido áreas para o reassentamento das famílias, [...] as famílias cederam e aceitaram sair da área sem a compra prévia do novo terreno e sem que fossem reassentadas definitivamente. Uma das exigências das famílias era a indenização pelas plantações e investimentos realizados. Porém, ao longo das negociações, a avaliação das plantações pelo poder público ficou muito abaixo das expectativas dos acampados. [...] o valor calculado pelo Estado não cobriria nem os custos de produção e nem os investimentos das famílias. A última proposta encaminhada pelo governo às famílias, ainda previa o pagamento desta indenização de forma parcelada, comprometendo-se a pagar metade do valor cinco dias antes da transferência das famílias para a nova área, e o restante em quatro parcelas. Recentemente, o governo estadual comprou uma área para assentar as famílias na Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu (2009: 33-34, grifamos).

Os pescadores artesanais se queixam da concorrência desigual com barcos e traineiras industriais que praticam a pesca predatória do pescado remanescente, dificultando ainda mais sua sobrevivência. A Entidade pesqueira APESCARI já acionou a TKCSA na justiça. Observamos que o problema da pesca não envolve somente a instalação da TKCSA, mas todo planejamento para aquela área:

“A formação nesta área de um enorme complexo [...] [industrial] destruirá todo esse potencial turístico e pesqueiro dessa região. As atividades industriais determinarão o aumento da movimentação de trens de cargas e de caminhões com minérios e de **enormes navios**

¹⁰ Censo da Reta João XXIII realizado pela TKCSA. Dados cedidos pela própria empresa.

nos canais e no mar. [...] Esses portos e a grande movimentação em torno deles, criará zonas de exclusão. Ou seja, áreas em que por motivos de segurança a prática da pesca fica proibida.” (PACS, 2009:27, grifamos).

Os moradores que moram bem próximo a TKCSA se queixam do ruído do trem e dos caminhões. Segundo Milanez & Porto (2009) o RIMA alerta para o fato de que “para as viagens em caminhão (viagens internas e para receber o material externo) para transporte de material como cal e areia está previsto um fluxo de cerca de 100 caminhões/dia, na etapa de operação” (ERM, 2005: 9 *apud* MILANEZ & PORTO, 2009). Mas o relatório não calcula a quantidade de caminhões que passarão pelas principais vias de acesso ao Complexo Siderúrgico. O próprio relatório alerta para o fato de que

a área de influência do empreendimento apresenta níveis de ruídos inadequados em sua maior parte, principalmente em decorrência do ruído de tráfego nas principais avenidas da região (ERM, 2005, p. 9 *apud* MILANEZ & PORTO: 2009).

O relatório não fornece dados sobre a frequência do uso do trecho ferroviário do canal de São Francisco e o impacto que o uso desse ramal irá ter sobre o nível de ruído na região. De acordo com Milanez & Porto

um aumento significativo no ruído pode trazer conseqüências negativas relevantes para a qualidade de vida dos moradores. Essa mudança deverá causar não apenas um aumento da quantidade de problemas auditivos, mas também intensificar casos de doenças mentais ligadas ao stress causado pelo ruído. (2009:3)

Os moradores da comunidade São Fernando sofrem com inundações desde 2006, graças ao desmatamento e retirada da área do mangue que alterou o curso do rio vizinho. Segundo relatos, não era raro que a comunidade ficasse inundada ao começar a chover, então como medida paliativa foi instalada uma bomba no centro da comunidade que funciona dia e noite para evitar as inundações, e, em contrapartida, os moradores se queixam do barulho que ela produz. Também se queixam da fuligem expedida pela empresa desde 2010 (época que foi inaugurada).

Este grupo estratégico que é contra o funcionamento da TKCSA recebe o apoio de intervenientes externos como ONGs (PACS, IBASE), do Ministério Público, de alguns políticos (como Marcelo Freixo) e professores universitários

que defendem o meio ambiente e a população local ameaçada pela poluição e pela milícia da região ¹¹.

O outro grupo estratégico, a favor da TKCSA, seria formado por vários atores locais e não locais. Dentre eles, parte da população local, beneficiada pela formação de postos de trabalho. Necessário destacar que o bairro de Santa Cruz possui um baixo índice de desenvolvimento humano no Rio de Janeiro, ocupando a posição 119 dos 126 bairros deste município ¹², com elevada taxa de desemprego. Desse modo, o poder público e a empresa ThyssenKrupp fizeram uso de um discurso calcado nas palavras desenvolvimento e emprego visando o convencimento da população local.

Também por parte dos pescadores existe um grupo que mantém um bom relacionamento com a TKCSA, em Santa Cruz, são os pescadores da Associação Filho de Deus.

Os executivos da TKCSA enaltecem principalmente a excelente logística e subsídios de mão de obra do Estado. Além disso, o Diretor de Sustentabilidade da empresa, o biólogo Luiz Cláudio Castro admite abertamente que a profissão de pescador artesanal está fadada à extinção, uma vez que a construção de pontes e canais na região gera áreas de exclusão a barcos de pescadores. Essas áreas de exclusão são determinadas por normas de

¹¹ Dentre uma das ações desses atores externos encontramos a Missão de Solidariedade e Investigação e Denúncia em Santa Cruz.

¹² Foram utilizados 10 indicadores, construídos a partir de variáveis do Censo Demográfico 2000 do IBGE, para a composição do Índice de Desenvolvimento Social. Tais indicadores cobrem quatro grandes dimensões de análise: Dimensão Acesso a Saneamento Básico: Percentagem dos domicílios com serviço de abastecimento de água adequada - aqueles que têm canalização interna e estão ligados à rede geral; Percentagem dos domicílios com serviço de esgoto adequado - aqueles que estão ligados à rede geral; Percentagem dos domicílios com serviço adequado de coleta de lixo - aqueles que dispõem de coleta direta ou indireta de lixo; Dimensão Qualidade Habitacional: Número médio de banheiros por pessoa; Dimensão Grau de Escolaridade: Percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos; Percentagem dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo; Percentagem dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo; Dimensão Disponibilidade de Renda: Rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos; Percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos; Percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos. As dez variáveis escolhidas cobrem um amplo espectro sócio-urbanístico, caracterizando situações relativas tanto ao domicílio quanto às pessoas que o habitam. A inexistência de dados, no grau de detalhamento desejado, restringiu sobremaneira a caracterização socioeconômica da família, obrigando-nos a lançar mão das características do responsável pelo domicílio como uma base da situação familiar. Fonte: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>

navegação marítima, que impedem a circulação de pequenas embarcações junto a grandes navios. Associado a isto, fatores como alteração de salinidade e alterações no ecossistema do manguezal contribuiriam para a redução dos estoques pesqueiros ¹³.

A visão da empresa pode ser constatada no depoimento de Sustentabilidade Luiz Cláudio, em resposta a um encarte produzido pela própria fábrica ao vídeo produzida pela ONG Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e veiculado no *site youtube*:

N - “Como é a relação com os pescadores da Baía de Sepetiba?”

LC - Tive recentemente uma reunião com 12 associações de pesca com as quais a gente trabalha. Pela primeira vez reunimos todas elas e as brigas internas ficavam claras. Eles falavam: “Luiz, você já trabalha nessa região há muito tempo, sabe que a pesca vai acabar em dez anos”. Aí outro respondia: “Coisa nenhuma, em cinco anos acaba”. Eu disse: “Gente, tá bom, e aí? **Vocês vão viver do que depois que a pesca artesanal acabar?** ” Aí todo mundo olhou para a minha cara como quem diz: “Ué, você não vai dizer que a pesca artesanal não vai acabar?” Existe um projeto do governo associado à região da Baía de Sepetiba que envolve um porto do Eike, um porto da Usiminas, um porto da CSN, um terminal de contêineres, uma base do Pré sal da Petrobrás, uma siderúrgica nova da CSN, o submarino nuclear da Marinha. Quer dizer, tem um conjunto de coisas aí que é que é o resultado em parte de um grande programa de governo, sem entrar no mérito se é bom ou se é ruim, **mas é o programa que se colocou e vai estabelecer zona de exclusão de pesca para tudo que é lado**. Vocês vão ter dificuldade. E aí, vão fazer o quê? Todas as linhas de financiamento do Ministério da Pesca vão ser direcionadas para duas coisas: educação técnica de pesca (as tecnologias de pesca) e piscicultura. Como é que eu posso ajudar vocês? Comprando pescado, como ta no nosso contrato? Porque eu tenho que comprar pescado da turma, mas um dia acaba e não tenho mais obrigação de comprar. Se vocês

¹³ Entrevista realizada em 29.07.11, em visita a TKCSA.

quiserem repactuar o contrato e montar um grande projeto, fazer uma cooperativa de associações de pesca e agente trabalhar junto com o governo do Estado, com o Ministério da Pesca ou o BNDES numa grande área de piscicultura para vocês produzirem peixe, trabalharem juntos e manterem o sustento das suas famílias com o peixe, a gente tá disposto a isso, a gente ajuda vocês. (grifamos).

E por fim, incluímos o poder público, a quem coube o papel de ator estratégico cuja maior preocupação seria a inserção do Brasil no sistema econômico mundial. Mas, quanto mais triunfam no cenário internacional, em parceria direta com os agentes da globalização, menos representam suas bases políticas nacionais (CASTELLS, 1999:357), menos se preocupam com o bem-estar das populações locais.

Um reflexo desta ausência de preocupação encontra-se na aquiescência de um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) sobre a instalação da TKCSA, elaborado pela ERM Brasil Ltda, que, segundo Milanez & Porto (2009), foi irregular. O RIMA ¹⁴ é fruto de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e deve ser elaborado obrigatoriamente pelo empreendimento ou atividade com significativo potencial de degradação ou poluição ambiental durante a primeira fase do processo de licenciamento. Os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) devem, a partir de um diagnóstico socioeconômico e ambiental (meios físico e biótico) de toda a área que será afetada, realizar um prognóstico das consequências do empreendimento, e sugerir medidas, na forma de pré-projetos, com o objetivo de minimizar os impactos considerados negativos e maximizar aqueles considerados positivos. É ainda destinado à informação e ao esclarecimento do público comum (leigo), principalmente dos habitantes da área de influência do empreendimento, devendo ser redigido em linguagem clara e objetiva, e informando os impactos, positivos e negativos, que a implantação do empreendimento terá sobre o meio ambiente natural, social e cultural.

14 Fonte: http://www.inea.rj.gov.br/fma/eia_rima_apresentacao.asp

Um estudo realizado por Milanez & Porto (2009) da FIOCRUZ sobre o RIMA apresentado para o licenciamento da TKCSA identificou falhas e limitações deste documento. Segundo eles, o relatório apresentou uma análise fragmentada do empreendimento focando apenas na usina siderúrgica e não discutindo os impactos das outras atividades que integram o complexo siderúrgico dos quais depende o funcionamento da usina, como o porto, o ramal ferroviário e a usina termelétrica.

Além disso, não foi realizada uma análise mais aprofundada da exposição a substâncias poluentes, dentre eles o benzeno e outros poluentes químicos liberados durante a produção do aço. Os estudos sobre impactos das atividades siderúrgicas buscam identificar os riscos para a saúde dos trabalhadores e da população. Segundo Milanez & Porto (2009) estudos epidemiológicos apontam que os poluentes emitidos pelas siderúrgicas aumentam a possibilidade da população em geral, e dos trabalhadores em particular, de desenvolver algumas doenças, especialmente câncer. Segundo os autores existem ferramentas de análise de risco que permitiriam à TKCSA, a partir de dados operacionais, estimar o impacto que a siderúrgica teria sobre a saúde da população e alertá-la sobre isso. Entretanto, esta análise não foi apresentada no RIMA.

Outra grave crítica feita por Milanez & Porto (2009) se relaciona ao “duplo-padrão” adotado pelas empresas transnacionais que adotam padrões de segurança e controle ambiental inferiores àqueles exigidos pela legislação de seus países de origem, quando transferem suas operações para outras regiões. O duplo-padrão não pode ser considerado um ato ilegal (caso a empresa ainda respeite legislação do país para onde está deslocando as suas atividades), porém é eticamente questionável. Segundo os autores, caso Santa Cruz fosse localizada na Alemanha, ou em outro país da Europa, a região provavelmente seria alvo de programas de despoluição e melhoria da qualidade do ar e dificilmente seria permitida a implantação de uma usina siderúrgica. A partir dessa constatação, do ponto de vista ético, é questionável a decisão de uma empresa europeia instalar esse tipo de empreendimento no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Segundo o PACS (2009), ao se considerar a Baía de Sepetiba como destino de empreendimentos industriais, deveria ter sido levado em consideração todo o enorme passivo ambiental já existente na região e que faz com que os impactos de qualquer atividade de construção ou produtiva que venha a ser implementada na região fossem potencializados.

O primeiro princípio da declaração sobre Justiça Ambiental elaborado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental busca assegurar que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas. Assim, a proteção a população local da Baía de Sepetiba se insere na tutela da Justiça Ambiental.

A Declaração de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental já alertava para os impactos causados sobre as populações mais carentes que vivem nas regiões de fronteira de expansão dos empreendimentos capitalistas. Alguns grupos são forçados a se deslocar de seu local de trabalho para dar espaço para o desenvolvimento de atividades econômicas. No caso da Baía de Sepetiba, os pescadores que lá sobrevivem de sua pesca são obrigados a modificar seu espaço de trabalho em razão da instalação da siderúrgica.

Diante disso, a desigual exposição ao risco deve-se ao diferencial poder de luta política dos grupos sociais: os que detêm maior poder político e econômico conseguem escapar aos riscos e os mais pobres convivem diariamente com os dejetos e detritos ambientais, em clara postura discriminatória e racista, penalizando ambientalmente os despossuídos. É flagrante, portanto, o racismo ambiental que vem sofrendo a população vizinha à empresa TKCSA.

Frente a este fato, parte da população local vem se articulando a atores externos para exigir do poder público medidas protetivas à sua saúde, diretamente afetada pela fuligem expelida pela siderúrgica. Os pescadores, também atingidos em seu meio de sobrevivência, encontram apoio no Ministério Público e nas Organizações não-governamentais. Tal como afirma Sardan, os

atores encontram margens de manobra para resistir ao projeto de desenvolvimento.

Há que destacar que não é toda a população local que compartilha dos interesses idênticos de resistência a instalação da TKCSA. Uma parcela se mostra a favor, demonstrando que interesses pessoais podem produzir diferentes combinações dentro de uma arena política.

Podemos concluir, por ora, que o conflito social em torno do projeto de desenvolvimento proposto para a região, calcado na construção de um complexo industrial, cujo primeiro empreendimento instalado é a TKCSA, não é uma unanimidade e que pode gerar o desaparecimento da atividade pesqueira na região, interferindo diretamente na dinâmica social, cultural e econômica desta região. Todavia, como as denúncias contra a TKCSA estão sendo analisadas atualmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), as consequências deste projeto desenvolvimentista ainda estão em amplo enfrentamento.

REFERÊNCIAS.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

_____. “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental”, in *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010, pp. 103-119.

BULLARD, Robert. “Ética e Racismo Ambiental”, in *Revista Eco 21*, ano XV, n. 98, janeiro/2005.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA. Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em http://www.pacs.org.br/uploaded_files/20091126224843_printed_outras_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf

- DOSSIÊ DOS IMPACTOS E VIOLAÇÕES DA VALE NO MUNDO, 2010. Organizações Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Versão preliminar do documento sujeita a modificações. Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf
- HERCULANO, Selene. “O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental”, in *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.3, n.1, Artigo 2, jan./abril 2008. Disponível em http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113, Acesso em 12.06.2011.
- LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In BURSZTYN, Marcel. *A Dificil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais*. Editora:Garamond. São Paulo: 2005.
- MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Fiocruz, Fase e Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. 2009. Disponível em <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php>
- MILANEZ, Bruno. Globalização e siderurgia: a inserção do Brasil e seus impactos para a sociedade e o meio ambiente. [S.d] Disponível em http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=2055
- MILANEZ, Bruno e PORTO, Marcelo Firpo. Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). ENSP e FIOCRUZ. Julho de 2009.
- PACHECO. Tânia. *Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor*. 2007. Disponível em <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania-pacheco/desigualdade-injustica-ambiental-racismo>. Acesso em 25.07.2011
- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2007-2010. Disponível em http://www.planejamento.rj.gov.br/Projetos/plano_estrategico_2007_2010.pdf
- SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: Karthala, 1995.